



Comunicação oral: Eixo 6 – Educação de Jovens e Adultos

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM GOIÁS: RECONSTITUINDO UMA HISTÓRIA DE ENSINO A DISTÂNCIA

Maria Margarida Machado – UFG^{*}
Hugo Tallyton Lopes Santos – UFG^{**}
Júlia Nazareth Ventura – UFG^{***}

Resumo: Esta comunicação resulta de pesquisas bibliográficas e documentais, que visam reconstituir a história e a memória da educação de trabalhadores em Goiás. Para fins deste evento, com foco em políticas e gestão da educação, compartilhamos resultados parciais que problematizam o uso do ensino a distância, para a oferta de cursos de conclusão da escolaridade. No campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o recurso de ensino a distância é utilizado desde as escolas radiofônicas, passando pelo ensino por correspondência, pela tele-educação e chega às atuais plataformas digitais. O contexto da Pandemia de Covid-19 nos colocou diante da necessidade do uso de tecnologias digitais, para mediação do processo ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que repôs no debate educacional o uso político do ensino a distância. As pesquisas em Goiás, reconstituem parte dessas estratégias de ensino a distância para alcançar os sujeitos da EJA, problematizando a relação entre essas estratégias e a garantia de direito à educação de pessoas trabalhadoras.

Palavras-chave: Ensino a Distância na EJA em Goiás. Escola Radiofônica. Ensino por Correspondência. Tele-educação.

Introdução

As reflexões apresentadas nesta comunicação resultam de pesquisas vinculadas ao Projeto de Pesquisa Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores em Goiás – relações entre o local e o nacional, dando continuidade aos esforços de reconstituição da história e memória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Goiás. Todas as investigações são realizadas pelo Centro Memória Viva – Documentação e Referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais de Goiás (CMV/GO), constituído desde 2010 pela Faculdade de Educação da UFG, como rede que integra estudos em nível de graduação e pós-graduação nesses temas.

Nas pesquisas desenvolvidas, nos últimos vinte anos, foram identificadas fontes que contribuíram para recompor parte da história da EJA em Goiás, desde os Exames de Madureza; experiências dos cursos e exames supletivos; bem como os cursos de formação

^{*} Docente do PPGE/ FE/UFG. Coordenadora do Projeto Centro Memória Viva/GO.

^{**} Estudante de Pedagogia da FE/UFG. Bolsista de Iniciação a Pesquisa.

^{***} Estudante de Pedagogia da FE/UFG. Bolsista de Iniciação a Pesquisa.



em serviço para professores leigos do Estado. Em 2020, a Pandemia de Covid-19 nos colocou diante de uma urgência humanitária de isolamento, que impactou muito a educação em geral e a EJA, em especial. A estratégia de, infelizmente, aproveitar o contexto pandêmico para expandir a oferta da EJA na modalidade a distância, por meio de tecnologias digitais², foi uma das mais utilizadas pelas redes públicas no país. Isso nos provocou, enquanto pesquisadores, a aprofundar a questão desta do ensino a distância para trabalhadores.

A oferta de educação não presencial a pessoas jovens, adultas e idosas, por meio de recursos diversos, que as alcançassem onde estivessem, nos remete às escolas radiofônicas, ao ensino por correspondência, à tele-educação, experiências que serão abordadas nesta comunicação. Neste sentido, cabe destacar que, o ensino a distância para a população trabalhadora não é do contexto do século XXI. O que vem se alterando ao longo das décadas são os meios para esta oferta. Seja qual for o meio, cabe perguntar qual a concepção de ensino e aprendizagem presente nestas estratégias e quais sujeitos têm se beneficiado delas.

O percurso teórico-metodológico, com base em estudos documentais e bibliográficos em andamento, tem possibilitado reflexões que buscam aprofundar os conhecimentos acerca do ensino a distância para os trabalhadores no Brasil, por seus diversos meios, bem como reconstituir historicamente essas estratégias no Estado de Goiás. Para essa comunicação oral, apresentamos primeiramente reflexões sobre o ensino a distância no Brasil, desde as escolas radiofônicas, até a expansão do uso do recurso televisivo para o ensino. Em seguida, compartilhamos os achados da pesquisa que aproximam as estratégias do ensino a distância para EJA da realidade do Estado de Goiás.

Uma trajetória de EJA em diferentes meios de comunicação

Não localizamos até o momento referenciais bibliográficos que tomassem o ensino a distância para trabalhadores, numa perspectiva historiográfica, abarcando as diferentes experiências vividas no Brasil. Encontramos pesquisas cuja abordagem estava focalizada em um dos meios utilizados: rádio, correio ou televisão; e outras que eram estudos de casos, mas sem uma abordagem que auxiliasse na compreensão do tema em âmbito nacional. Diante deste limite, nos debruçamos nas análises das pesquisas, principalmente, de Andrelo (2012), Guarany e Castro (1977), Medeiros (2018), Moraes (1979), Picanço (2001) e Rodrigues (2020) para tentar reconstituir parte dessa historicidade nacional das iniciativas de ensino pelo rádio, por correspondência e pela televisão. Já para as experiências específicas de Goiás,

² Pelo limite de espaço e tempo, nesta comunicação, tivemos que optar por um recorte da pesquisa, não sendo possível apresentar aqui as análises sobre o uso de tecnologias digitais na EJA em Goiás.



foram acessadas pelas pesquisas de Castro (1992), Moreira (2006), Oliveira (2011) e Rodrigues (2008).

Tanto na experiência nacional como local, é o rádio o primeiro veículo de tentativa de alcance da população trabalhadora, como estratégia de educação. Segundo Andrelo (2012), a inauguração da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ocorreu em 1923, tendo como um dos objetivos “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e alegria” (p. 140). As avaliações sobre a atuação desta rádio na educação, segundo a pesquisadora, indicam seus limites pelo caráter elitista da forma e do conteúdo dos programas, que em nada se aproximavam da realidade social de boa parte de seus ouvintes.

O objetivo da educação radiofônica da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, ainda segundo Andrelo (2012), sofreu várias alterações, entre de 1925 a 1945, tendo como estopim o assédio de empresas que buscavam anunciar na emissora, a fim de alcançar novos consumidores, por meio da popularização do novo meio de comunicação. Em 1936, a Rádio do RJ foi doada por seu idealizador, Roquette-Pinto, ao Ministério da Educação e passou a se chamar Rádio MEC. Neste contexto, além de não ter anúncios em sua programação, por ser uma das cláusulas do contrato de doação, a emissora passa a transmitir, exclusivamente, conteúdo com viés educacional.

O fortalecimento e a expansão da Rádio MEC com seu viés didático, será constatado a partir de 1937, quando é criado o Serviço de Radiodifusão Educativa, com objetivo de promoção e popularização de programas educativos, por meio das rádios parceiras espalhadas pelo país. Esse processo acompanha o desenvolvimento da industrialização, no Governo Vargas e, como veremos mais à frente, isso conecta a estratégia do ensino pelo rádio ao Sistema S³.

Com a expansão do sinal de transmissão e a popularização do rádio, vão surgindo cada vez mais propostas de programas voltados para educação/instrução por meio do rádio. Andrelo (2012) associa o tecnicismo em pauta na educação e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em 1942, e o Serviço de Aprendizagem Comercial (Senac), em 1946 dando início ao Sistema S. Ambos preocupados com a qualificação profissional de seus operários, passaram a investir na qualificação profissional de seus funcionários e, assim, não necessitariam importar mão de obra qualificada. A centralidade era treinar para

³ Conjunto de entidades criadas a partir da década de 1940 como responsáveis pela formação dos trabalhadores em diferentes ramos da economia. Atualmente, são em 9: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

desempenhar as funções de operação de máquinas e produção nas grandes indústrias, em constante crescimento no país.

O surgimento do sistema S colocou nos holofotes o ideário de uma educação para o trabalho, que tinha como único objetivo o aperfeiçoamento e porque não dizer o treinamento para o trabalho, como parte de um movimento industrial iniciado pelo governo Vargas no início da primeira metade do século XX. Em 1947, Sesc e Senac lançaram em São Paulo o programa “Universidade no ar”, que objetivava alcançar a classe operária do interior do estado, evidenciando inquietação com a necessidade quase que urgente de qualificação da classe trabalhadora. O programa radiofônico é inspirado num programa de mesmo nome, lançado em 1941 no Rio de Janeiro pela Rádio Nacional. O programa, segundo Andrelo (2012), tinha como intenção, oferecer orientação metodológica a professores do ensino secundário, ofertando cursos de letras, ciências, didática e pedagógica, era ensinar “o como fazer”, numa nítida operacionalização e tecnificação do conhecimento.

Mas, a experiência da escola radiofônica não se conecta apenas ao desenvolvimento do setor produtivo. Ela estará intimamente ligada ao processo de expansão das campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, no contexto do final de 1940 a 1960 (FAVERO, 2006). Em 1958, na cidade de Natal por meio da Igreja Católica, surgiria um precursor do projeto de ensino por meio do rádio, que depois viria a constituir o Movimento de Educação de Base (MEB), fruto de uma visita do então Arcebispo do Rio Grande do Norte, D. Eugênio de Araújo Sales, à Colômbia, país em que a educação radiofônica já era realidade posta.

No contexto da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), o Arcebispo propõe o rádio como meio de expansão do ensino, para lugares ainda não alcançados pela campanha, como as zonas rurais e comunidades isoladas. Esse novo projeto se denominou Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), nome bastante sugestivo numa realidade de alto índice de analfabetismo e falta de políticas públicas sócio educacionais (FAVERO, 2006).

À medida que a educação radiofônica foi se consolidando, no início dos anos 1960, no curto governo de Jânio Quadros, tendo o Estado como financiador e as emissoras católicas como precursoras desse meio educativo, expande-se o ensino por correspondência (EPC). Com uma “promessa” de mudanças de vida, através da instrução, segundo Guarany e Castro (1977), os cursos e as escolas por correspondência, que já existiam no país desde os anos 1940, aos poucos vão ganhando espaço e protagonismo. À medida que as pessoas iam sendo alfabetizadas pelo rádio ou outros meios, buscavam se profissionalizar, com o objetivo de conquistar melhorias das condições socioeconômicas.

O EPC mostrava-se ainda atrativo, quando pensamos em custo-benefício, pois além de flexibilidade, oferecia instrução e comodidade sem sair de casa, podendo ser feito em



qualquer lugar e hora. Quem podia pagar fazia, quem não podia, não fazia. Objeções ou não, para muitos esse era o único meio de acesso a um curso instrucional, dadas as múltiplas condições geográficas e, muitas vezes, a falta de transporte para se locomover até os médios e grandes centros urbanos, onde esses cursos eram oferecidos presencialmente.

Ainda segundo Guarany e Castro (1977), o ensino por correspondência tem sua origem com Caleb Philips, em 1728, nos Estados Unidos, utilizando como meio de divulgação um jornal de Boston. Mas, essas primeiras experiências não vingaram e só a partir do século XX é que de fato houve expansão das escolas e do estudo por correspondência.

No Brasil, as escolas e os cursos por correspondência tiveram um aumento expressivo em outro contexto, após o final da década de 1940, principalmente, voltadas por iniciativas privadas de ensino profissionalizante. O que a pesquisa de Guarany e Castro (1977) afirmam é que, em 1977, existiam 31 escolas que ofereciam esses cursos por correspondência no país, evidenciando um rápido crescimento.

Uma das características identificadas pelos pesquisadores no EPC era a "proximidade" entre aprendente e ensinante, fruto da relação que se construía com o curso, enfatizada pelo "Tom pessoal da linguagem utilizada no material didático" (Guarany e Castro, 1977. p.21). Esse jeito coloquial de falar buscava aproximar, ao máximo, a realidade do aluno do EPC, com professores nas atividades e testes enviados às escolas por eles.

Apesar dos aspectos positivos e do alto número de inscritos nos cursos EPC, o quantitativo de diplomados nem sempre era proporcional. Isto porque desistiam ou não realizavam a escrita final do texto, para receber o diploma de conclusão do curso. Outro aspecto destacado por Guarany e Castro (1977) é que muitos dos alunos, ao aprenderem os principais conceitos do curso ao qual se inscreveram, desistiam por "acharem" que aprenderam o suficiente para iniciar na profissão.

Ainda no contexto do regime militar, que se instaura após o golpe de 1964, muitas mudanças sociais, políticas e econômicas ocorreram no país. Houve a paralisação e/ou diminuição de iniciativas educacionais de relevância para pessoas trabalhadoras, que estavam em forte expansão, como por exemplo o MEB. O propósito era alinhar os programas sociais ao perfil do novo governo e, nessa conjuntura tudo que representava ameaça à manutenção da "ordem" foi retirado de circulação ou reduzido de forma gradativa.

Em substituição ao espaço ocupado pela escola radiofônica, ligada a Igreja Católica, o governo federal cria o Projeto Minerva, que possuía características parecidas com o MEB, sendo também transmitido pelo rádio, mas sem interesse algum em conscientizar seus alunos, mantendo o ensino com viés técnico somente. Segundo Moraes (1979), uma análise sobre o Projeto Minerva nos remete ao papel social da escola e das múltiplas realidades

socioeconômicas dos alunos trabalhadores, que ao voltarem para a escola buscam concluir o processo formativo escolar a fim de conseguir com os estudos condições melhores de vida, com salários dignos.

O regime militar é também o período de expansão das redes de televisão aberta no Brasil. Um destaque, que está relacionado diretamente a EJA, é o crescimento da TV Globo nos 21 anos de Ditadura Civil Militar. Mas, segundo Rodrigues (2020), a estratégia de uso da televisão como meio de educação antecede a Fundação Roberto Marinho (FRM),

[...] o “Curso de Madureza Ginásial” produzido pela TV Cultura foi uma iniciativa pioneira no campo da tele-educação por mídia televisiva que alcançou relativo sucesso nas camadas da população em atraso de escolaridade e foi um importante promotor dos telepostos – salas onde grupos de estudantes se reuniam para assistir às tele-aulas que duravam em média 20 minutos - em diversas cidades do Estado de São Paulo (RODRIGUES, 2020, p. 117).

Esta pesquisa analisa a estratégia do Grupo Globo na difusão de uma pedagogia da hegemonia na formação de trabalhadores, entre 1977 e 2000, reforçando o que pesquisas anteriores, como a de Medeiros(2018), já identificaram quanto à expansão da influência da FRM na estratégia de tele-educação. Dois fatores contribuíram para a chegada ao monopólio da Rede Globo e suas afiliadas nesta estratégia de ensino a distância: o favorecimento político alcançado pela FRM nos governos militares e nos que os sucederam na abertura política, pós 1985; sua estreita aliança com o setor produtivo, representado pelo Sistema S.

Os programas Telecurso de 1º e 2º Graus, posteriormente renomeados como Telecurso 2000, passaram a chegar diariamente à casa das pessoas, com a popularização dos aparelhos de TV. A estratégia contava ainda com material impresso, adquirido nas bancas de revistas, e com telepostos ou telessalas, como espaços para rever as aulas, em parceria com empresas, para fazer chegar aos trabalhadores o conteúdo previsto para os exames de certificação. A parceria com o Sistema S, também envolvia curso de qualificação profissional, como destaca Medeiros (2018), através do “Qualifica” e do “Aprendiz Legal”. Esse mesmo autor, referindo-se a intencionalidade da estratégia educativa da FRM, parceria com o Sistema S, afirma,

Metodologia do Telecurso propõe “num tempo surpreendentemente curto em sala de aula” (FRM, 2013), dar ênfase na construção de habilidades e comportamentos, em detrimento de uma educação mais voltada para o trabalho com conteúdos, como ocorre nas escolas tidas como convencionais, ela anuncia a formação de um trabalhador menos qualificado e portador de conhecimentos básicos, porém, adaptado ao novo mundo do trabalho (MEDEIROS, 2018, p. 220).

Das estratégias de ensino a distância para trabalhadores, a tele-educação parece ter sido mesmo a que, até o Século XXI, obteve o maior alcance no país, seja pela presença massiva



da Rede Globo e suas afiliadas, como principal veículo de comunicação em TV aberta do Brasil, seja pela descontinuidade ou “ausência” de alternativas, assumidas diretamente pela esfera pública. Isso ocorre porque os canais de TV, além de serem concessões públicas, ainda contam, no caso da FRM e do Sistema S, com o financiamento direto e indireto dos Ministérios da Educação e do Trabalho, pela via de convênio.

As pesquisas acessadas sobre o ensino a distância pelo rádio, por correspondência ou pela tele-educação não são suficientes para uma avaliação mais aprofundada desta estratégia, em nível nacional, o que reforça a necessidade de pesquisadores que se dediquem ao tema e acompanhem esta nova fase, que passa a utilizar plataformas digitais para este fim. Localmente, como apresentamos a seguir, o esforço tem sido de reconstituir a história da EJA em Goiás, buscando compreender tendências e sentidos dessas políticas e sua relação com a garantia do direito à educação.

As experiências de ensino a distância na EJA em Goiás

Quanto às experiências de ensino a distância no Estado de Goiás, as pesquisas de Castro (1992) e Rodrigues (2008) fazem referência, prioritariamente, ao uso do rádio para alcançar as pessoas trabalhadoras pelo interior do Estado. A ênfase nas duas pesquisas é do protagonismo da Igreja Católica, tendo o Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, como vanguardista na aproximação da Igreja com os pobres, defendido pelo pontificado à época.

A utilização do Rádio na educação popular em Goiás acompanha o movimento nacional, já identificado anteriormente. Ocorre que, no contexto dos anos 1960, quando é criado o Sistema Educacional Tele-Radiofônico de Goiás (Setergo), já localizamos essa indicação não só do rádio, mas da televisão como meios de propagação educativa. O que ocorreu com a Setergo, foi a atuação concentrada pela igreja, usando a estratégia das escolas radiofônicas. Sobre a Setergo e MEB/Goiás, em artigo que se desdobra da tese de Rodrigues (2008) e outros pesquisadores, é possível constar a relação entre as duas iniciativas.

Em março de 1961, segundo a Revista da Arquidiocese (1961), em uma aula inaugural, foi lançado o Sistema Educativo Tele-Radiofônico de Goiás – Setergo – que, passou a compor a Rede de Escolas Radiofônicas sob a coordenação nacional do MEB, denominando-se MEB-Goiás. O Decreto do Governo Federal, assinado em 21 de março de 1961 (BRASIL, 1961), possibilitou recursos para treinamento da Equipe Central do Setergo, que compôs a equipe estadual de supervisores (RODRIGUES, ROCHA, VALDEZ, 2019, p. 106).

Analisando o papel de protagonista da Igreja Católica, nestas escolas radiofônicas, Castro (1992) afirma que isso se dá a partir do pontificado do papa João XXIII, na década de 1950, quando os problemas relacionados à sociedade passam a ser vistos sob a ótica do cuidado e



do combate. Foi o momento em que as mazelas do povo ganharam visibilidade e passaram a fazer parte das políticas internas da própria igreja. Temas como a fome, as endemias e o analfabetismo tornaram-se um mal a ser vencido, uma premissa encarada como missão por boa parte dos católicos.

Como em outros países, no Brasil essa prescrição contou com o apoio da Juventude Universitária Católica (JUC), que havia sido fundada em 1950, junto ao chamado “lado progressista” da igreja. A JUC teve grande relevância na reformulação do pensamento e das ações católicas pelo Brasil, em que o foco era o social. Goiás foi precursor nessas ações propostas pelo pontificado e teve como grande parceiro a JUC.

No estado, as principais frentes de atuação eram as questões agrárias e educacionais, principalmente de jovens e adultos, pois segundo Castro (1992), naquela conjuntura a educação para esse público se constituiu como algo urgente a ser expandido, para isto:

A ideia era implantar escolas radiofônicas com o objetivo de oferecer uma educação suplementar e colaborar com o estado no projeto desenvolvimentista. A justificativa para a implementação era o despreparo dos trabalhadores rurais para a integração desenvolvimentista (CASTRO, 1992, p. 70).

A proposta tinha como objetivo diminuir as altas taxas de analfabetismo em Goiás, que representavam 55,2% da população na década de 1960. Na avaliação de Castro (1992), a preocupação da igreja com o ensino popular ou ensino de jovens e adultos, nada mais era que “a forma encontrada pela igreja para uma aproximação maior com o homem da população rural” (p.54). Ou seja, as ações sejam elas religiosas, sejam do Estado, revelavam uma intencionalidade, quer seja com viés populista, quer seja por viés da manutenção da hegemonia de uma religião, no caso da Igreja Católica.

Ainda sobre a questão do MEB, a pesquisa de Rodrigues (2008) traz um inventário detalhado sobre sua atuação na Educação de Adultos (EDA). Entrevistando os ativistas do MEB/Goiás e acessando um conjunto muito relevante de fontes que registram a experiência, especialmente em Goiás, essa percepção da educação de adultos como aproximação da Igreja Católica, com a população rural se confirma, mas também é perceptível uma conotação política na ação dos monitores e coordenadores que atuam na escola radiofônica, de conscientização da realidade da vida de exploração que viviam os trabalhadores rurais.

A tese de Rodrigues (2008), traz informações sobre a recepção dos programas da Rádio Difusora, com foco maior na capital do Estado, Goiânia, e em alguns municípios do Estado,

[...] Relatório Anual do MEB, apontava que funcionavam 26 escolas radiofônicas em Goiás, distribuídas em Goiânia (18), Bela Vista de Goiás (03), Goianira (01), Guapó (01), Hidrolândia (01), Ipameri (01) e Trindade (01). A



atuação do Setergo e posteriormente MEB-Goiás, foi reduzida à capital e às cidades mais próximas (p. 157).

Os desdobramentos apresentados na tese, acerca dessa iniciativa do MEB/Goiás, se somaram àqueles de quem também atuava, no contexto da década de 1960, em movimentos sociais de educação de popular, ou seja, sofrendo uma forte repressão, a partir do golpe civil-militar de 1964, que instaurou uma ditadura no país, que perdurou por 21 anos. O espaço na Rádio na Difusora, para o MEB/Goiás será radicalmente alterado, a partir das mudanças que a Igreja Católica fará com o avanço da repressão pelo regime. Coordenadores e monitores do MEB/Goiás resistirão nos dois primeiros anos à repressão, mas, como em todo o país, as escolas radiofônicas sofrerão com a imposição do viés conservador e tecnicista do sistema educativo do período da Ditadura Militar.

Com relação a EPC em Goiás, com as características identificadas nas pesquisas que trazem essa iniciativa nos grandes centros urbanos, não localizamos ainda fontes documentais e bibliográficas. Já quanto à estratégia da tele-educação, algumas pesquisas que tratam da FRM em parceria com Sistema S, identificam o Estado de Goiás como um de seus principais laboratórios. De acordo com Oliveira (2011), a estratégia do Telecurso começa a ser veiculada no estado desde 1978.

Ao que tudo indica a FRM não encontrou dificuldades para a instalação do projeto no Estado de Goiás. O principal parceiro era a Organização Jaime Câmara, de propriedade dos Irmãos Câmara, que eram donos tanto de emissora afiliada da Rede Globo no estado, a TV Anhanguera, quanto do jornal *O Popular*, periódico encarregado pela distribuição dos fascículos do Telecurso na região.

Após estrear em São Paulo, Brasília, Goiânia e Anápolis, o Telecurso, que foi amplamente divulgado nas páginas do *O Globo* ao longo dos primeiros meses do ano de 1978, finalmente chegaria às telinhas cariocas. No Rio de Janeiro, o programa seria veiculado a partir do dia oito de maio em quatro horários, às 7h30 e às 8h15, pela TV Globo, e às 16h30 e 19h30, pela TV Educativa, além das reprises nos finais de semana (OLIVEIRA, 2011, p.87).

Diferentemente do que está anunciado para o Rio de Janeiro, a veiculação dos programas na TV goiana era bem mais cedo. No jornal *O Popular*, do ano de 2003, onde localizamos a grade de programação das TVs abertas, a informação sobre o Telecurso na TV Anhanguera indica o Telecurso 2000 – Curso Profissionalizante no horário de 05:25, Telecurso 2000 – 2º Grau às 05:45, Telecurso 2000 – 1º Grau às 06h (*O Popular*). O que chama atenção não é apenas o horário muito improvável de favorecer aos trabalhadores, mas o fato de, em 2003, passados sete anos da aprovação da Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a FRM ainda tratava a Educação Básica pelas denominações da reforma educativa do regime militar, de 1º e 2º graus.



Essa parceria entre FRM e Sistema S chega à Secretaria de Educação de Goiás (Seduc/GO), como pode ser constatado no Termo de Cooperação (GOIÁS, 2000), localizado pelos pesquisadores, no acervo da secretaria. Esse Termo, assinado em 10 de agosto de 2000, entre Governo do Estado de Goiás e o Serviço Social da Indústria/Departamento Regional de Goiás (SESI/DR-GO), tem como objetivo definir critérios para elaboração, aplicação e correção das provas, junto aos alunos do Telecurso 2000 em nível de 1º grau. Por esse documento se verifica que não só FRM e Sistema S, mas também a Seduc/GO assinam um documento ainda tratando a EJA como 1º grau.

As obrigações das partes, no Termo de Cooperação (GOIÁS, 2000, p.1), estão assim definidas na Cláusula Segunda:

A) – Do Estado de Goiás através da Secretaria de Educação:

- a) elaborar a proposta técnica, pedagógica e financeira do exame;
- b) elaborar o material de divulgação do exame;
- c) elaborar plano de aplicação das despesas;
- d) proceder a realização das inscrições;
- e) providenciar as provas das disciplinas dos componentes curriculares;
- f) definir a data e o local de realizações das provas;
- g) capacitar o pessoal atuante no processo de fiscalização das provas;
- h) aplicar as provas;
- i) fiscalizar as turmas, por ocasião da realização dos exames;
- j) corrigir as provas;
- k) divulgar os resultados;
- l) expedir declaração comprobatória de exames parciais;
- m) certificar os alunos concluintes do ensino fundamental.

B) - Do SESI/GO

- a) fornecer a relação nominal dos alunos matriculados e com frequência nas telessalas;
- b) colaborar na divulgação do exame;
- c) indicar o pessoal técnico para acompanhar a execução do exame e dar o apoio logístico necessário;
- d) disponibilizar recursos financeiros para custear as despesas com o exame e efetuar os pagamentos mediante plano de aplicação apresentado pela Superintendência de Educação a Distância e Continuada – SEADEC/SE, enquanto durar o presente termo;
- e) atender todas as solicitações de providências de informações ou correções gerenciais apresentadas pela equipe técnica da SEADEC/SE.

Este documento levanta uma série de questões acerca das parcerias público-privadas que envolvem iniciativas de EJA em Goiás. Conforme prevê o Termo, os pagamentos se referem a despesas de coordenação, fiscalização, elaboração e correção das provas, bem como alimentação e aquisição de papel para a impressão dos exames. Cabe investigar os planos de aplicação destes termos, os relatórios dos resultados destes exames, quanto de recurso foi envolvido nessa estratégia, qual a concepção de educação expressa nesta estratégia que envolve setor privado (FRM e Sistema S) e público (Seduc/GO). São temas que interessam ao Centro Memória Viva de Goiás investigar, até para compreender o que resultam de estratégias como essas.



Considerações finais

Estes estudos, motivados pelas dificuldades vividas por todos nós, com a Pandemia de Covid-19, em função do isolamento físico, buscaram reconstituir historicamente o ensino a distância, pensado para pessoas trabalhadoras que não concluíram a Educação Básica. Na educação brasileira, considerando as estratégias pensadas para EJA, o ensino a distância tem mais de um século de caminhada. O advento do rádio no Brasil, como vimos destacado por vários pesquisadores, inaugurou um tempo novo e extremamente importante, quando pensamos nas escolas radiofônicas, como meio de acesso à população, principalmente do campo. Não com a mesma evidência, a estratégia do Ensino Por Correspondência, também se destaca com essa finalidade de aproximar o trabalhador de conhecimentos que ele não possui. Mas, é pela Tele-educação que vimos a estratégia do ensino a distância alcançar quase todo o país, num claro monopólio da FRM.

Infelizmente, os estudos realizados sobre essas estratégias ainda são em número restrito e focalizados, por isso certamente estamos diante da possibilidade de repetir erros, agora no ensino a distância, mediado por pelas plataformas digitais, porque não fomos capazes de aprender com as experiências anteriores. Ainda assim, vale considerar quando dissertações e teses levantam, sob essas estratégias, questões como: concepções de ensino-aprendizagem expressas; conexão com a realidade de pessoas trabalhadoras; formação e remuneração de profissionais envolvidos; materiais/recursos didático-pedagógicos utilizados; resultados alcançados, dentre tantas outras.

Essas reflexões decorrem da necessidade de tratar sobre o sentido da Educação Básica para pessoas trabalhadoras. Como nasceram em contextos em que essa educação não era direito de todas as pessoas, independente da idade, como passou a vigorar muito recentemente no Brasil, são tomadas por um viés assistencialista e reparador. Percebe-se ainda, por tratar-se de uma educação praticada em contextos de um país subdesenvolvido e/ou em desenvolvimento, como estratégia do sistema capitalista, para perpetuar uma semiformação de mão de obra, por meio de um ensino que não se preocupava com uma formação crítica de seus alunos.

À medida que a pesquisa em Goiás avança, constatamos a dificuldade de localizar documentos e/ou registros destas estratégias, deixando lacunas e instigando a busca por outros caminhos metodológicos, que passam por tentar reconstituir a história da EJA no estado, para além da pesquisa bibliográfica e documental, a partir dos sujeitos envolvidos nessas estratégias formativas.

Referências

ANDRELO, R. O rádio a serviço da educação brasileira: Uma história de nove décadas. In.: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.47, p.139-153 Set.2012.

CASTRO, R. C. G. de. *MEB: uma estratégia de comunicação com o homem do campo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 1992.

FAVERO, O. *Uma pedagogia da participação popular – análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966)*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2013. *Incluir para Transformar: Metodologia Telessala em cinco movimentos*. Fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro: 2013.

GOIÁS. Secretaria da Educação. *TERMO DE COOPERAÇÃO* celebrado entre Secretaria de Educação de Goiás e Serviço Social da Indústria/Departamento Regional de Goiás. 2000.

GUARANY, L. R. dos. CASTRO, C. de M. *O Ensino Por Correspondência: uma estratégia de desenvolvimento educacional no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1977.

MEDEIROS, D. C. V. de. *Fundação Roberto Marinho: quando a “solidariedade” se transforma em construção de consensos e negócios sociais*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MORAES, M. A. *Ensino Supletivo num enfoque social - caracterização e desempenho dos alunos no Projeto Minerva*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 1979.

MOREIRA, J. F. de C. *OS TELECURSOS DA REDE GLOBO: A MÍDIA TELEVISIVA NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (1978-1998)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PROGRAMAÇÃO. *O Popular*, Goiânia, Goiás, ano 65, n. 18212, 1 de maio de 2003. Na Telinha, p. 8.

OLIVEIRA, W. A. *Telecurso 2º Grau: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

PICANÇO, A. de A. *EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E OUTROS NÓS uma análise das telessalas do Telecurso 2000 coordenadas pelo SESI na Bahia*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

RODRIGUES, A. *O GRUPO GLOBO E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR DE NOVO TIPO: atuação da Fundação Roberto Marinho na difusão da pedagogia da hegemonia (1977-2000)*. 2020. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2020.

RODRIGUES, M. E. de C. *“ENRAIZAMENTO DE ESPERANÇA”: As bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás*. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.



RODRIGUES, M. E. de C. ROCHA, J. G. VALDEZ, D. Benedito e Jovelina: a história da alfabetização de trabalhadores rurais em Goiás nos anos sessenta (Século xx). In.: *Revista Brasileira de Alfabetização – ABAIf*. Belo Horizonte, MG. V. 1, n. 11, p. 100-123, jul./dez. 2019.

